

A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIAL: O SETOR DE GÊNERO DENTRO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA

Carolina Martins de Carvalho¹

RESUMO: Dentre os movimentos sociais reconhecemos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, como um movimento organizado com pautas reconhecidas nacionalmente. Dentro do movimento são organizados setores que viabilizam a definição de pautas e ações de diferentes áreas dentro do Movimento, dentro elas temos o Setor de Gênero que trata-se de uma construção das mulheres do Movimento para estabelecer a conquista desse espaço social. Desse modo, este trabalho demonstra de forma sumária a construção desse novo espaço engendrado por um movimento dentro do Movimento, culminando no estabelecimento do Setor de Gênero. Este espaço enquanto conquista das mulheres traz à tona seu protagonismo e participação política dentro do movimento.

Palavras-chave: MST; Setor de Gênero; trabalhadoras rurais.

THE CONSTRUCTION OF A SOCIAL SPACE: THE GENDER SECTOR WITHIN THE RURAL LANDLESS WORKERS MOVEMENT

ABSTRACT: Among the social movements we recognize the Movement of Landless Rural Workers – MST, as an organized movement with nationally recognized agendas. Within the movement, sectors are organized that enable the definition of agendas and actions from different areas within the Movement, within them we have the Gender Sector, which is a construction of the Movement's women to establish the conquest of this social space. Thus, this work summarizes the construction of this new space engendered by a movement within the Movement, culminating in the establishment of the Gender Sector. This space, while conquering women, brings out their protagonism and political participation within the movement.

Keywords: MST; Gender Sector; rural workers.

INTRODUÇÃO

No contexto das lutas sociais e disputa pelo poder, os movimentos sociais são construídos por meio de demandas levantadas por um coletivo de atores provenientes das diversas classes sociais. Através de ações sociopolíticas, os movimentos promovem uma conjuntura política cultural favorável para ascensão da força social da sociedade como

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: carolmartins992@gmail.com

um todo. Os conflitos sociais atribuem alternadas condições aos movimentos, visto que, esse contexto dinâmico provoca reações ativas ou passivas por parte dos mesmos. Com isso, não bastando apenas às deficiências por si só, colocando como necessária a manifestação dessas ausências como demandas e conseqüentemente em reivindicações por meio de uma ação coletiva. Sendo assim, através desse processo desenvolve-se um cenário político cultural que viabilize força para a construção e solidificação dos movimentos (GOHN, 2004).

Um dos conflitos sociais mais notáveis no Brasil é a luta pela terra. Partindo desse pressuposto iniciam-se ações de ocupação como frente de resistência contra os latifundiários, e a partir disso, constroem-se movimentos populares que encabeçam demandas pela posse da terra para o trabalho e contra a exploração, proporcionando melhores condições de vida e conseqüentemente uma sociedade mais justa. Com isso, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST somando forças em conjunto aos demais movimentos populares na luta pela terra (MANÇANO, 2000).

D'Abreu (2012) aponta a necessidade de se compreender determinadas práticas sociais relacionadas à gênero, partindo do princípio de que são engendradas no cotidiano como comportamentos naturais, visto que a construção histórico-cultural da identidade de gênero se dá na forma como são entendidos e atribuídos os significados do que é feminino e masculino perante as relações sociais de gênero. Ao considerarmos as particularidades do cotidiano e as relações sociais mediadas por valores e condutas que promovem e legitimam desigualdades, relações de opressão e dominação, emerge o interesse da problemática das relações sociais de gênero.

Dessa maneira, ao observar as relações estabelecidas entre homens e mulheres com o passar dos séculos, nota-se a profunda desigualdade social devido à diferença sexual. Como já se é sabido, o fator biológico vem sendo tomado como princípio de fundamentação para papéis e funções sociais do que é masculino e feminino, transformando os atributos biológicos em posicionamentos sociais que enfatizam a distribuição desigual de poder entre homens e mulheres (MELO, 2011).

Nesse sentido, torna-se importante investigar os papéis de gênero construídos em um contexto diferenciado marcado pela luta do movimento social. Visto que, de acordo com Melo (2001), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) parte do ponto teórico socialista e humanista, visando relações igualitárias nos seus mais variados

níveis, rompendo com questões relacionadas ao preconceito, dominação entre os gêneros e outros aspectos, viabilizando desse modo, a construção de uma relação própria entre os atores e atrizes militantes do movimento.

Em última análise, considerando os conceitos elaborados anteriormente pretendemos com este estudo conhecer a realidade social das relações de gênero vivenciadas pelos assentados, e, com isso, a construção de um movimento dentro do Movimento.

A QUESTÃO DE GÊNERO NO MST

Os enfrentamentos sociais afloraram nas últimas décadas no Brasil, dentre os meios de organização temos a luta dos trabalhadores rurais frente a concentração fundiária e as modificações impostas à agricultura durante o processo de modernização. Este embate tem seus pilares fundados no modelo expropriador e excludente de propriedade fundiária, centrado no latifúndio e setores modernizados/mecanizados e agroexportadores, assim, arquitetam-se desigualdades e exclusões sociais por concentrar grande parte das terras na mão de poucos em detrimento de muitos que não obtém o acesso. Este fato expressa uma marca registrada da elite ruralista brasileira, e, com isso, pequenos agricultores tem suas terras expropriadas e também são submetidos ao trabalho assalariado, ao sistema de parceria, dentre outras formas de arrendamento para garantir sua sobrevivência (PESSOA, 1990).

Esse contexto movimenta os trabalhadores rurais a buscarem aquilo que lhes foi tirado, sua terra. Para além dessa luta pelo seu espaço de sobrevivência, o trabalhador do campo também se organiza para questionar as formas de ocupação, produção e o uso da terra por parte dos grandes proprietários. Portanto, em meio ao desencadeamento destas lutas sociais, emerge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que enquanto movimento social se organiza politicamente para construir e/ou resgatar a identidade do camponês e firmar a criação de novos espaços sociais, onde seja possível vivenciar uma nova fase de relações sociais. Assim, essas famílias passam a compor uma nova realidade engenhada por homens e mulheres alinhados na luta por seus direitos e concomitantemente por uma sociedade mais justa (GARCIA, 2002).

Nesse sentido, desde o momento em que ocorre a ocupação, passando pelo acampamento e chegando até o assentamento, a figura da mulher está presente e também se destaca juntamente com os homens no processo de solidificação do MST. Entretanto, cabe salientar que a cultura machista da organização patriarcal familiar remete principalmente à essa mulher o papel de dona de casa, a senhora do lar, a mãe, a esposa, mas isso não impede de buscar seu espaço e desenvolverem inúmeras funções dentro da organização na luta pela reforma agrária, na fundamentação da militância política e no pertencimento de classe (PINTO, 1992). Para Sales (2007), ao introduzir-se em movimentos as mulheres rurais constituem um saber-poder no campo da política o que permite uma reflexão acerca do seu dia a dia, todavia, faz-se necessário para isso um acúmulo de capital político que está entrelaçado a formação vivenciada no cotidiano, ou seja, na própria luta.

Sales (2007), salienta que as mulheres tem a necessidade de serem representadas e que aquelas que estão em meio aos movimentos sociais, têm colocado que as diferenças entre homens e mulheres não podem decretar uma falta de competência das mesmas. Essa fala da autora, remete à um maior protagonismo das mulheres e que tem como resultado o despontamento de grupos de mulheres e lideranças, o que reafirma o conhecimento vivenciado pelas mulheres que percebem no campo político que é preciso entrar no jogo, e jogar é haver-se com o imprevisível, o novo, o desconhecido, pois não há como definir um modelo de negociação.

Isto posto, podemos compreender que a organização das trabalhadoras rurais faz com que suas lideranças coloquem em pauta as desigualdades de gênero, e conseqüentemente, possibilita que essas trabalhadoras possam debater sobre a invisibilidade do seu trabalho na agricultura familiar camponesa enfatizando que as atividades produtivas realizadas têm qualificação econômica e não conotação de ajuda.

Ao aproximarmos isso na prática de mulheres rurais, compreendemos que ao vivenciarem uma atividade produtiva como a implantação de hortas comunitárias, produção de artesanatos, tapetes, entre outras inúmeras iniciativas desenvolvidas em acampamentos e assentamentos passam a modificar a realidade de mulheres do campo que vivem para as atividades do lar e passam a então a conquistar seu espaço em um grupo de produção rentável ganhando visibilidade econômica e social. Desse modo, a participação política se coloca enquanto um aprendizado coletivo emergindo um

movimento dentro do próprio movimento, onde as mulheres buscam tensionar debates sobre questões básicas na luta pela terra (FERREIRA, 2015).

Assim, de forma sumária o espaço rural e urbano possui dinâmicas sociais próprias, todavia ambos tem caminhado mesmo que a passos largos, para a construção de um de mudanças no que tange ao papel de homens e mulheres na sociedade. Assim, novas práticas passam a surgir como tentativas de romper com a estrutura patriarcal que oprime as mulheres e as coloca em segundo plano enquanto detentoras de direitos.

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO

A organização e a luta pela conquista da terra se estabelecem por meio de uma identidade social que é comum a maioria dos trabalhadores rurais. Essa identificação faz com que esse atores se reconheçam em um contexto e o utilizem como luta para resgatar suas raízes e os seus direitos enquanto cidadãos, assim, homens e mulheres passam a firmar suas bases para conquistarem seu espaço e conseqüentemente escreverem um novo momento de sua história na sociedade brasileira.

Desde a sua fundação em 1984, o MST se organiza em torno de três eixos principais: lutar pela terra; lutar por reforma agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. Para o movimento esses eixos demonstram que os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra apoiam e estão determinados a buscar meios de sanar os problemas estruturais existentes em nosso país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano, etc (MST, 2009). Esta percepção mais ampla voltada à uma transformação da sociedade ultrapassa as linhas da reforma agrária ou a socialização dos meios de produção, ademais, isto se edifica através das vivências e conflitos que ocorrem no dia a dia do movimento e que resultam em iniciativas para politizar questões referentes a este cotidiano.

Nesse contexto, a questão de gênero emerge no Movimento desde os seus momentos iniciais ainda no acampamento na Fazenda Annoni², quando as mulheres

² Primeira ocupação de terras realizada pelo MST em 29 de outubro de 1985. A antiga Fazenda Annoni localizava-se nos municípios de Pontão, Sarandi e Ronda Alta, região norte do Rio Grande do Sul. Essa

passam a pleitear sua participação igualitária nos espaços políticos do MST. É possível verificar essas reivindicações no estudo desenvolvido por Santo (2016)³, onde entrevista algumas mulheres que participaram da organização que se iniciou dentro do acampamento e que pode ser considerado um marco do Movimento no que se refere a questão de gênero. Na situação supracitada as mulheres relatam que inicialmente não pretendiam organizar uma militância feminista, mas que buscavam ser incluídas na esfera política do Movimento que era composta apenas por homens, ou seja, estas mulheres desejavam ser reconhecidas enquanto agentes políticos. Assim, as mulheres começaram se articularam e iniciaram reuniões entre si até culminar em uma convocação de assembleia só para mulheres, contando nesse momento com a participação de um total de mil e quinhentas mulheres, e, por fim, formalizando uma equipe da mulher dentro do acampamento.

A partir disso, a luta das mulheres foi ganhando espaço dentro do Movimento e se tornou uma de suas bandeiras. No ano de 1985 durante o I Congresso Nacional do MST, foram aprovadas normatizações para a organização de comissões e coletivos de mulheres dentro do Movimento havendo o intuito de debater demandas específicas e fortalecer em todas as instâncias o poder e a representatividade das mulheres, buscando combater as discriminações e a luta contra o machismo. Com base nessas comissões e coletivos as lideranças femininas passam a buscar compreender e debater o conceito de gênero em meados dos anos de 1990, como consequência verificou-se a necessidade de abranger essa discussão em todo o movimento gerando nos anos 2000, o Setor de Gênero no Encontro Nacional do MST. Portanto, o MST apresenta diversos Setores que integram sua organização: Frente de Massa, Formação, Educação, Produção, Comunicação, Projetos, Direitos Humanos, Saúde, Finanças, Relações Internacionais e Gênero. Este último, têm a tarefa de estimular o debate em todas as instâncias, produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas de uma participação igualitária de homens e mulheres fortalecendo o próprio Movimento (MST, [S.d]).

experiência segue emblemática para os militantes do Movimento. Os filmes Terra para Rose e O Sonho de Rose - 10 anos depois de Tetê Moraes relatam a história da ocupação da Fazenda Annoni.

Melo (2010), pontua que a questão de gênero aparece pela primeira vez nas publicações do Movimento em 1986 com o título *Construindo o Caminho*, onde consta as primeiras diretrizes que vislumbram esforços do Movimento em solucionar os problemas relacionados a participação política das mulheres na luta pela reforma agrária. A autora ainda coloca que nesse período inicial da pauta de gênero não havia um olhar aprofundado sobre a questão, e, portanto, as resoluções instauradas tinham de ser seguidas para suprimir a discriminação sobre a participação das mulheres nos processos coletivos do Movimento. Para além deste documento existem outros, como cadernos de formação, cartilhas, coletâneas de artigos e folhetos, ambos publicados no decorrer dos anos pelo Setor de Gênero.

Santo (2016), ao realizar uma análise de sete materiais em que teve acesso, como cadernos de formação, cartilhas, coletâneas de artigos e folhetos que foram publicados pelo Setor de Gênero entre 1988 e 2015⁴. A autora coloca que é possível perceber que a luta das mulheres Sem Terra sempre abarcou as três esferas do reconhecimento, e esteve transitando entre os polos da dicotomia igualdade/diferença, e que embora algumas pautas permaneçam, o modo particular como cada uma se dá hoje é diferente de como se expressava nos anos de 1980, indicando que o debate amadureceu no interior do MST, porém apesar dos ganhos que se efetivaram aparecem outras formas também de desrespeito. Outro apontamento feito é que o Setor de Gênero ainda demonstra a necessidade de que as contribuições e a voz das mulheres sejam reconhecidas de modo simétrico; no entanto, indica uma necessidade maior de políticas públicas do que de normas internas com vias a transformar as relações de gênero.

Apesar das conquistas alcançadas pelas mulheres no MST, cabe aqui ressaltar que a inclusão dos debates sobre gênero na agenda do MST não ocorreu de forma pacífica. Em princípio, as discussões de gênero eram consideradas algumas vezes como perda de tempo, ou assunto secundário dentro da pauta de discussões levadas a cabo pelo MST. Além desses entraves, as mulheres militantes colocam que as dificuldades de inserção e visibilidade também se dá pela jornada tripla de trabalho, pois cuidam das atividades domésticas, fazem o trabalho na lavoura e ainda no caso das militantes tem as exigências

⁴ A mulher nas diferentes sociedades (1988); A questão da mulher no MST (1996); compreender e construir novas relações de gênero (1998); Mulher Sem Terra (2000); construindo o caminho (2001); construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder (2003); Mulheres conscientes na luta permanente! (2015).

do trabalho político. Portanto, em meio as responsabilidades e discriminações, a mulher encontra dificuldades para frequentar eventos, reuniões e outros atos promovidos tanto pelo Setor de Gênero quanto nas abrangências gerais do Movimento (MENDES, 2002).

Concomitantemente, Pinto (1992) indica em seu trabalho *Movimentos Sociais: espaços privilegiados*, que a mulher quando se insere nos movimentos sociais gera três situações: primeiramente, a mulher deixa de atuar apenas no contexto privado, e, com isso, transforma as relações no interior da família, vizinhos e amigos; em segundo lugar, a mesma passa a articular-se no interior do movimento aderindo a outras lutas que se diferenciam de seus companheiros; a terceira situação está ligada as mulheres que imersas aos padrões tradicionalmente femininos passam a indagar a própria condição de mulher.

A primeira das situações acaba sendo vivenciada pela maioria das mulheres nos territórios de luta, pois a sua inserção implica uma ruptura com a invisibilidade pública. Ao modificar sua condição, também ocorrem algumas tensões permeadas principalmente no seio familiar, pois ao tomar a decisão de participar as mulheres sofrem a resistência de pais, mães, familiares, mas principalmente, dos companheiros, e, essa resistência pode ser ainda maior no assentamento onde a assimetria na distribuição de funções sociais de gênero é mais nítida. Em muitos depoimentos de mulheres trabalhadoras militantes, é possível identificar a ausência da influência da mulher nas decisões que afetam o casal, visto que, muitas das vezes o limite imposto a participação efetiva da mulher deve-se a proibição declarada dos companheiros (GARCIA, 2002).

Para ilustrar essa condição Ferreira (P. 39, 2015), expõe o depoimento de uma das mulheres militantes do MST:

A exemplo disso, durante uma das entrevistas realizadas com uma militante, por sinal a que tem maior representatividade estadual e nacional no MST, tivemos um depoimento dela, que é mãe solteira, dizendo que o seu ex companheiro, o pai de sua filha, a deixou por causa de sua missão itinerante no movimento e preferiu ficar com outra mulher porque esta poderia lhe dar toda assistência que uma 'boa esposa' deve dar: o cumprimento de seus afazeres domésticos, de sua alimentação, o cuidado com sua roupa, e uma vida mais tranquila, sem viagens e sem se expor nos conflitos.

A autora ainda coloca, que existem uma diversidade de situações em que os companheiros colocam como desafios para as mulheres, e, que para algumas mulheres a opinião/permissão dos companheiros tem forte influência, já para outras passa a ser o

primeiro obstáculo a ser rompido. Além da dimensão de dominação masculina sob algumas escolhas, essas mulheres ainda tem como desafio a recolocação da divisão de tarefas domésticas, familiares e políticas, visando compartilhar com os homens o cuidado da casa, da roça, da criação dos filhos e a participação nas decisões políticas do assentamento. Assim, longe da equidade de gênero justifica-se a inserção cada vez maior das mulheres nos espaços de decisão e a ressignificação do papel social de homens e mulheres nos assentamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres além de estarem engajadas na luta pela terra realizam dentro dos espaços sociais a luta pela construção de novas relações de gênero. Todavia, o machismo enquanto um problema estrutural das sociedades acomete as mulheres a um papel de submissão, promovendo a não aceitação da igualdade de direitos, o que em muitas das vezes submete as mulheres a uma situação de incapacidade quanto ao potencial militante no desenvolvimento de atividades em todas as instâncias dentro do Movimento. Portanto, as diferenças também existem no interior do MST e a formação do debate ao entorno da categoria de gênero faz-se necessário justamente para que possam discutir, avaliar e elencar propostas e ações para conscientizar homens e mulheres compenetrados neste espaço.

Dessa maneira, levando em consideração os laços que circulam as mulheres e que acabam por amarrá-las a problemas estruturais que acometem toda a nossa sociedade faz-se necessário esse processo de movimento dentro do Movimento. É visível dentro do MST um maior envolvimento das mulheres para romper com essa deficiência que impõe um divisão sexista entre as mulheres e homens, assim, é possível observar uma evolução do debate da questão de gênero que finda inclusive no Setor de Gênero, porém apesar dos avanços citados neste texto, ainda não há uma completa mudança de cenário, o que justifica a luta das mulheres que também devem ser alinhadas pelos homens para construir mudanças permanentes dentro dos espaços sociais rompendo com os limites impostos. A “emancipação” da mulher alcançada com a implementação efetiva dos direitos, faz com que a mesma possa alcançar um papel na sociedade diferente daquele tradicional onde via de regra é responsável pela reprodução de filhos e os cuidados do lar. Isto posto, por

meio do Setor de Gênero identifica-se mudanças dos papéis sociais demonstrando que as mulheres também devem ser detentoras de espaço e protagonismo para a formação de uma nova estrutura da vida social rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

_____. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 1v.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983

CABRAL, Francisco. DÍAZ, Margarita. **Relações de gênero**. Secretaria Municipal de

D'ABREU, Lylla Cysne Frota. **A construção social do gênero**. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 587-589, 2012.

FERREIRA, Gilmara de Melo. **"Margaridas" em jardins sem-terra: um estudo sobre a liderança feminina na prática política do MST na Paraíba**. 2015.

MANÇANO, Bernardo. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: RJ: *Vozes*, p. 319, 2000.

MELO, Denise Mesquita de. **A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST**. 2001.

MELO, Denise Mesquita de. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: *Vozes*, p. 113-143. 2011.

MENDES, M. A. Estudos Feministas: Entre perspectivas modernas e pós modernas. In: **Caderno de Estudos Sociais**. Recife. Vol. 18, nº 2. Jul./Dez. 2002.

MST. **A mulher nas diferentes sociedades**. São Paulo: [S.ed.], 1988.

_____. **A questão da mulher no MST**. São Paulo: [S.ed.], 1996.

_____. **Compreender e construir novas relações de gênero**. São Paulo: Peres, 1998.

_____. **Mulher Sem Terra**. São Paulo: [S.ed.], 2000.

_____. **Construindo o caminho**. [S.I.]: [S.ed.], 2001.

_____. **Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder.** São Paulo: [S.ed.], 2003.

_____. **MST: lutas e conquistas.** São Paulo: [S. ed.], 2010.

_____. **Mulheres conscientes na luta permanente.** [S.I.]: [S.ed.], 2015.

_____. **Quem somos.** [S.d]. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 25 janeiro 2016.

_____. **I Encontro Nacional de Mulheres do MST.** [s.ed.], 2020.

GARCIA, Maria Franco. **Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território.** *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 3, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil; movimentos sociais, ONGs e terceiro setor.** *Mediações Revista de Ciências Sociais*, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.

PESSOA, Dirceu. **Política fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos.** Recife: Massangana, 1990.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: *Rosa dos Tempos*, v. 127, p. 150, 1992.

PRÁ, Jussara Reis. O feminismo como teoria e como prática política. In: STREY, Marlene Neves. **Mulher: Estudos de Gênero.** São Leopoldo: Unisinos, p. 39-57, 1997.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos.** *Revista Estudos Feministas* vol.15 nº2 Florianópolis May/Aug. 2007.

SANTO, Thais Marques de et al. **As publicações do setor de gênero do MST e as vivências de mulheres Sem Terra: reflexões sobre desrespeito, reconhecimento e autonomia.** 2016.